



VISITAS PAROQUIAIS: INDÍCIOS À ANÁLISE DO COMPADRIO ESCRAVO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Letícia Batistella Silveira Guterres¹

Nos últimos anos, estudos que resultaram em teses de doutorado vêm demonstrando a possível combinação de fontes seriais com a microanálise italiana². Os registros paroquiais, nesse sentido, tendem a ampliar o arsenal de possibilidades no campo da História social. A importância destas fontes supera o seu caráter serial.³

Em Santa Maria, localizada na região central da Província de São Pedro, assim como possivelmente em outras áreas do Império do Brasil, os párocos não raramente deslocavam-se até as propriedades de moradores, onde celebravam batizados e casamentos. Estas ocasiões estavam previstas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que normatizavam em seu Título XII a possibilidade de administrar-se o Sacramento do Batismo fora da Igreja, em qualquer lugar, por qualquer pessoa: “...se alguma criança ou adulto estiver em perigo, antes de poder receber o Batismo na Igreja, pode e deve receber fora dela, em qualquer lugar, por efusão, ou aspensão, e por qualquer pessoa...”⁴

Entretanto, pela frequência de suas ocorrências (visitas), supõe-se que os batizados que ocorriam fora da Igreja Matriz nem sempre estavam relacionados às situações descritas acima. Mais certo supor que as longas distâncias que deveriam ser percorridas em carretas de bois ou outro meio nem sempre disponível aos seus habitantes fez com que muitos párocos tomassem tal iniciativa. O

¹ Mestre em História, PUC-RS. Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. leguterres@yahoo.com.br

² Refiro aqui os seguintes: PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional* (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX). Tese de Doutorado apresentada na UNICAMP, 2008. HAMEISTER, Marta. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado, UFRJ, 2006. FERREIRA, Roberto Guedes. Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

³ Fragoso afirma sobre isso: “Estamos diante de sociedades católicas, cujas populações eram tementes a Deus, ou – o que é o mesmo – cuja disciplina social passava pelos sacramentos da Igreja Católica, o que transforma as fontes paroquiais em documentos de grande valor, por seu caráter repetitivo e sua qualidade”³ (Fragoso, 2010, p.75).

⁴ Conforme texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Senado Federal, 2007, p.17.



fato é que da ocorrência dessas visitas é possível traçar um mapeamento, ainda que incompleto, de características associadas tanto à família senhorial e à sua vizinhança quanto aos laços familiares, em especial os de compadrio, conformado pelos seus escravos.

Desde o estudo de Gudeman e Schwartz⁵ para o Recôncavo baiano, percebe-se um avanço nos estudos do compadrio de cativos, como parte de uma disposição recente de ver a família escrava de forma mais ampla. Nessas análises, a variável ligada ao tamanho da propriedade na qual os escravos residiam como requisito à explicação das escolhas que envolveram as alianças de parentesco que conformaram é reconhecida como um elemento de progresso nessa historiografia⁶. Utilizando-se da mesma prerrogativa metodológica, outros estudos para diferentes áreas e períodos brasileiros vêm encontrando resultados semelhantes. Ana Paula Rangel⁷ em estudo do compadrio na região mineira de Barbacena, no final do século XVIII e início do XIX, tenta demonstrar nuances do comportamento escravo relativos ao compadrio, ensejadas pelo tamanho do plantel. Em síntese, destaca a preferência de compadres de mesma condição jurídica em grandes plantéis. A autora reafirma a tese de Engemann⁸ quanto à possibilidade constitutiva de uma comunidade escrava associada ao tamanho do plantel⁹. Além disso, o compadrio funcionaria como meio de “reduzir o potencial de conflito” entre escravos estranhos e frequentemente incorporados ao plantel.

Caminhando na mesma direção, Cacilda Machado¹⁰, para o Paraná e Ana Maria Lugão Rios¹¹, para Cabo Frio apontam a dimensão e tamanho dos plantéis como condições analíticas importantes aos laços familiares de escravos. Machado, diante dos indicadores referentes à posse de escravos infere que “(...) porque a escravidão torna a posse de cativos o elemento crucial de

⁵ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁶ SCHWARTZ, *op.cit.* p.53.

⁷ RANGEL, Ana Paula S. (2008), *O estender da família: compadrio entre escravos (Barbacena, 1781-1821)*. In: ALMEIDA, C. M. C. D. et al (Ed.). *Anais do II Colóquio do LAHES: Micro história e os caminhos da história social*. Juiz de Fora: Clio Edições, p. 1-20.

⁸ ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro dos oitocentos*. Tese, UFRJ, 2006.

⁹ RANGEL, *op.cit.*, p.1,2.

¹⁰ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

¹¹ RIOS, Ana Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1920*. Dissertação de Mestrado, Niterói, 1990.



diferenciação social, a hierarquização dos livres seria ainda mais marcante em áreas ou períodos em que os escravos formassem um grupo com pouca representatividade percentual.”¹²

Mais recentemente, em um balanço sobre a historiografia do compadrio escravo brasileiro, Bacellar¹³ apresentou alguns padrões confirmados por estudos ligados a este parentesco fictício. Entre eles está a concordância de que a dimensão da escravaria era fator fundamental para o número de escravos escolhidos para compadres. Porém, se há consenso para muitos dos dados que envolvem o compadrio de escravos, também é verdade que estas escolhas são diferenciadas, a considerar-se diferentes regiões e aspectos analisados. Daí, então, a necessidade de investir em análises mais qualitativas sobre o tema. Nesse sentido, parece vital que compreender mais profundamente as escolhas envolvendo o compadrio escravo deva passar pelo entendimento do local onde foi conformado. Conhecer as especificidades relacionadas à família senhorial dos cativos em questão parece fundamental. A partir desta premissa, este texto objetiva contribuir com os estudos que envolvem o compadrio escravo em uma perspectiva relacional, com inspiração microanalítica, levando em consideração a família senhorial bem como a sua vizinhança. Para tanto, utiliza-se fundamentalmente as visitas paroquiais mencionadas nos registros batismais de Santa Maria ao longo do período dos trinta e oito anos que contempla este estudo.

Poucas palavras sobre as características populacionais de Santa Maria na segunda metade dos oitocentos

Santa Maria manteve sua fronteira agrária aberta¹⁴ na segunda metade do século XIX, no que resultou um importante aumento da sua população total. A população livre quase dobrou, crescendo 71%, passando a representar de 80,7% da população, em 1859¹⁵, mais de 85%, em 1872¹⁶

¹² MACHADO, *op.cit*, p.49.

¹³ BACELLAR, Carlos. *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

¹⁴ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880) – Dissertação de Mestrado do curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, 1999.

¹⁵ “Mappa Statistico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos.” In: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

¹⁶ Censo Geral de 1872 disponível em: www.ibge.gov.br



(de 4.124 para 7.054). Pouco relacionado à imigração estrangeira¹⁷, este aumento esteve mais ligado à busca por estabelecimento de uma população livre e/ou liberta, que via no local uma possibilidade de prosperar. Ademais, Santa Maria pela própria posição geográfica em que ocupa, foi ponto de passagem por onde transitavam diversos sujeitos. A economia da região era fundamentalmente ligada à agricultura de subsistência, embora a atividade pecuária e o comércio ajudassem a configurar aquele espaço social.

Os escravos, assim como os sujeitos livres, também cresceram no intervalo que compreende os dois censos aqui mencionados: de 966 (em 1858) à 1.204 (em 1872), o que representou um aumento de 24%, ainda que em relação à população em geral tenha diminuído percentualmente, de 18,9% para 14,6%. Esse aumento, em um cenário posterior ao fim do tráfico internacional de escravos, onde os africanos¹⁸ eram pouco representativos em relação aos crioulos, vêm nos sugerindo que a ele esteve vinculada a reprodução endógena dos plantéis.

Além disso, também pode-se perceber que o aumento no número de cativos foi acompanhado de uma grande disseminação da propriedade escrava na região. Através da análise dos registros batismais, nos três subperíodos analisados (1844-1849/ 1850-1870/ 1871-1882), o perfil das escravarias manteve-se o mesmo, ou seja, com mais de 90% de proprietários com plantéis entre 1 à 4 cativos. Este fator tende a aumentar no pós 1871, chegando a 99,8%. A grande quantidade de escravos amplamente disseminada entre estes pequenos proprietários. Nem o fim do tráfico internacional de escravos; a Lei do Ventre Livre, em 1871 ou o aumento do preço dos escravos¹⁹ impediu que houvesse um reforço na propagação da posse de cativos entre os homens livres e libertos da região. Este aspecto demográfico demonstra que, ainda que se trate de uma sociedade com escravos, a grande disseminação destes nos diz que as relações sociais em Santa Maria estavam profundamente marcadas pela escravidão.

¹⁷ Segundo o Censo de 1872, a população livre estrangeira de Santa Maria somava-se em 4,3% do total desta categoria.

¹⁸ Segundo o Censo de 1872 a população africana em Santa Maria era de 0,9%.

¹⁹ KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, século XIX)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.



As visitas paroquiais à São Pedro

Ao longo dos anos de 1844 e 1882 ocorreram 57 visitas às propriedades de sujeitos que tinham em São Pedro estabelecido seus locais de residência. Na ocasião, São Pedro englobava a área que correspondia a parte do território santamariense²⁰. Ficava há cerca de 12 léguas da Igreja Matriz de Santa Maria, o que equivale a 39 Km percorridos à cavalo ou em carretas de bois. Do levantamento de visitas em uma mesma área geográfica (São Pedro do Sul) pode-se considerar a influência das relações de vizinhança e/ou consanguinidade (para o caso de sua existência) nos laços de parentesco fictício conformados por escravos que em ditas ocasiões foram batizados, investindo, assim, em outras variáveis para pensar os elementos que ajudavam a configurar as relações de compadrio.

Dentre o total de visitas ocorridas em São Pedro, trinta e nove delas ocorreram, provavelmente na capela da localidade daquele distrito. Porém, as 18 visitas restantes, objetos desta análise, deram-se em fazendas particulares, de sujeitos que lá mantinham as suas residências. São eles: Cipriano Teixeira Cesar; Salvador Antonio Cesar; Anastácio Dias Gonçalves; José Luiz de Medeiros; Sérgio Fernandes Teixeira; Maria Euzebia da Conceição; Antonio Ignácio Flores e Manoel Martins Laia. Portanto, apenas os oito informados tiveram, em quantidades e frequências diferentes, a visita paroquial em suas propriedades. Cipriano Teixeira Cesar foi entre todos os sujeitos listados o que somou maior número de visitas do pároco. Durante as visitas, também estiveram em sua propriedade (Cipriano) 14 pessoas, que assim como ele batizaram seus escravos. Alguns dos visitantes à fazenda de Cipriano destacaram-se diante dos demais pela maior frequência em que estiveram lá presentes. Este é o caso de José Luiz de Medeiros e Faustina Maria da Conceição, que mais vezes estiveram em propriedade de Cipriano batizando os seus próprios escravos.

Os visitantes à propriedade de Cipriano Teixeira Cesar

Abaixo consta o nome e relação dos quatorze sujeitos que estiveram na fazenda de Cipriano, batizando seus escravos.

²⁰ Até 1858, ano de sua emancipação Santa Maria incorporava uma região mais extensa, inclusive São Pedro do Sul.



Quadro 1. Sujeitos que batizaram escravos na propriedade de Cipriano

Nomes	Anos das visitas	Número de escravos batizados	Relação com Cipriano
Faustina Maria de Carvalho	1854, 1855, 1858, 1860, 1861, 1867	6	Vizinha
Maria Teixeira Cezar	1854	1	Irmã, vizinha
Rita Teixeira Cezar	1854	1	Irmã, vizinha
Raimundo Fagundes de Bitancourt	1855	1	Vizinha
José Luiz de Medeiros	1855, 1858, 1859, 186?, 1865, 1879	7	Cunhado, Vizinho
Capitão João Prestes dos Santos	1858	1	Vizinho
Thereza Maria de Jesus	1858	1	Vizinha
Capitão Duarte José de Oliveira	? sem referência	1	Vizinho
Rita Teixeira de Moraes	1859	1	Vizinha, sobrinha
Ignacio Martins de Moraes	186?	1	Vizinho
Antonio José Correia	Não é referido prop. Dos padrinhos	1	Vizinho

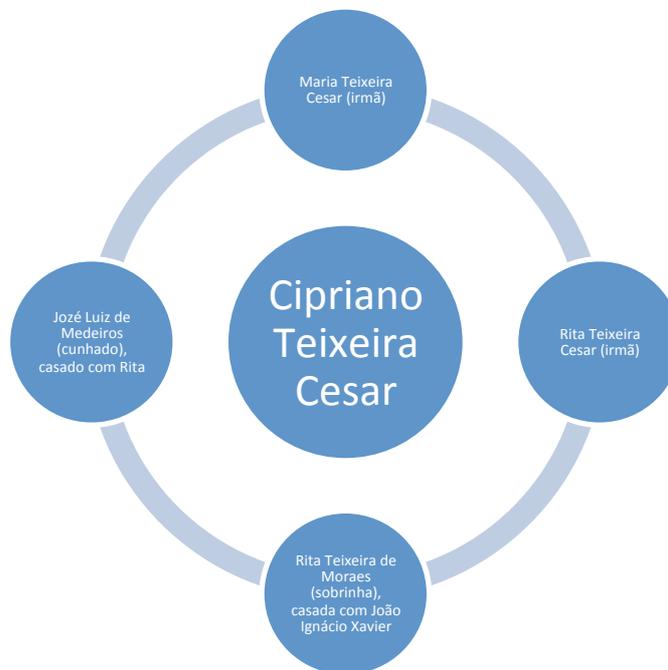


Elias Victorino dos Santos	Idem anterior	1	Vizinho
João Ignácio Xavier	Refere em parte 1882 (2)*	2	Vizinho, casado com sobrinha, Rita Teixeira de Moraes
José Joaquim Cezar	Não refere		Vizinho

Fonte: Registros de batismo de Santa Maria da Boca do Monte. Cúria Diocesana.

*Entre parênteses está a referência ao número de dias que o pároco permaneceu na propriedade.

Além da relação de vizinhança, cinco dos quatorze sujeitos listados acima tinham laços de parentesco com Cipriano Teixeira Cezar. Maria Teixeira Cezar e Rita Teixeira Cezar eram suas irmãs. Jozé Luiz de Medeiros era casado com Rita, portanto, cunhado de Cipriano. Rita Teixeira de Moraes era sobrinha de Cipriano e casada com João Ignácio Xavier.

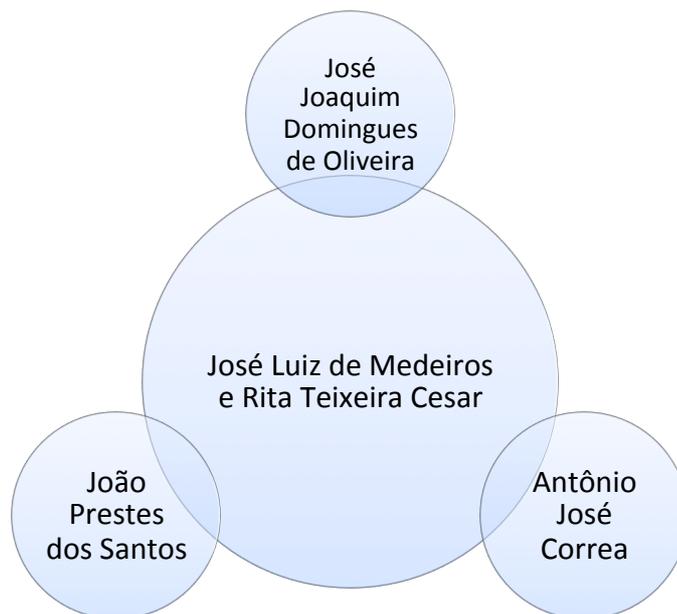


Fonte: Registros de batismo de Santa Maria da Boca do Monte. Cúria Diocesana.



Ao investigar mais detalhadamente cada um destes sujeitos observa-se que muitos deles tinham laços de compadrio entre si. José Luiz de Medeiros e sua esposa eram compadres dos seguintes casais: José Joaquim Cesar e sua esposa, Rita Domingues de Oliveira; Antonio José Correa; João Prestes dos Santos e sua esposa, Cristina Martins Pereira. Este último casal era compadre de Elias Victorino dos Santos e sua esposa, Senhorinha Maria Martins. Thereza Maria de Jesus, que também esteve em ocasião de visita à propriedade de Cipriano, era mãe de Cristina Martins Pereira. Portanto, grande parte dos sujeitos que estiveram em visita à propriedade de Cipriano tinham entre si ligações de compadrio. José Luiz de Medeiros e sua esposa eram o casal que mais somava vínculos de compadrio entre os casais em destaque, conforme pode-se ver abaixo.

Ligações de compadrio: José Luiz de Medeiros e Rita Teixeira de Cesar



Os dois casais acima representados e Antônio José Correa (que teve um de seus netos apadrinhado pelo casal), eram todos compadres de José Luiz de Medeiros e sua esposa. João Prestes e sua esposa eram compadres do casal que também esteve em visita à propriedade de Cipriano: Elias Victorino dos Santos e sua esposa, Senhorinha Maria Martins. Thereza Maria de Jesus era mãe de Cristina Martins Pereira, portanto, sogra do Capitão João Prestes dos Santos. Os demais,



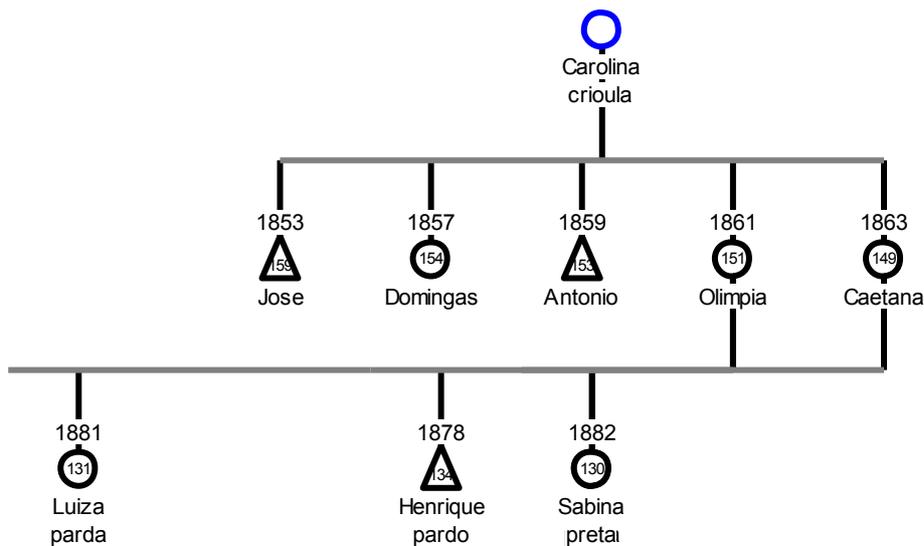
Raimundo Fagundes de Bitancourt, Capitão Duarte José de Oliveira e Ignácio Martins de Moraes não pareciam transcender aos vínculos que a vizinhança proporcionava.

Depois de constatadas as ligações de parentesco e vizinhança envolvendo os tais sujeitos, realizou-se através dos registros batismais, o desenho das famílias de escravos que compunham o seu plantel, bem como suas redes de apadrinhamento.

Laços familiares de escravos pertencentes ao plantel de Cipriano

Ao longo de todo o período deste estudo, constata-se que, Cipriano foi portador de pelo menos 23 escravos. Isto o classificaria imediatamente como um grande proprietário de escravos. Porém, se é certo afirmar que 23 escravos participaram de registros batismais ao longo dos trinta e oito anos deste estudo, por outro lado, não é possível tomar por certo que a manutenção de seu plantel fosse de tal porte. Porém, se considerarmos o período da ocorrência dos batizados abaixo, podemos supor que grande parte destas famílias conviveram e que, portanto, Cipriano era detentor de um grande plantel, representado nas famílias que seguem.

Diagrama 1. Filhos da crioula Carolina:



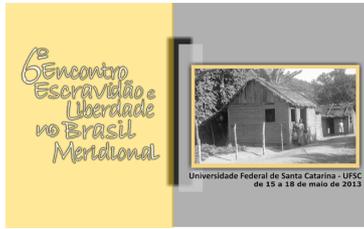


Diagrama 2. Filhos de Carolina

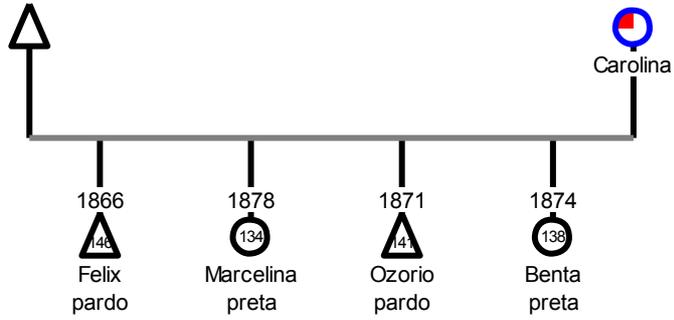


Diagrama 3. Filhos de Afra

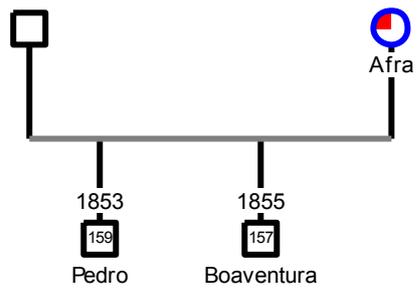
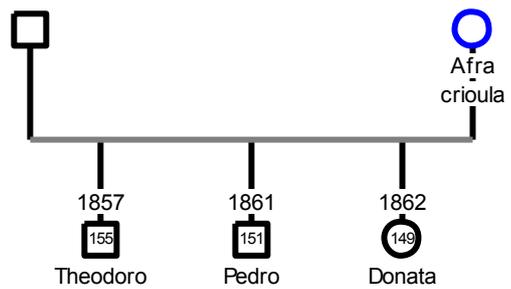


Diagrama 4. Filhos da crioula Afra





Apadrinhamento das famílias escravas de Cipriano

Quadro 2. Padrinhos dos filhos da crioula Carolina

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
José	Silvério Gomes da Silva	Maria (Cipriano)	L/E
Domingas	Firmino (Joaquim Pedro de Barcellos)	Fortunata (Joaquim Pedro de Barcellos)	E/E
Antônio	João Victorino Coimbra	Amelia Elizia Borges	L/L
<u>Olímpia</u>	Marcelino (Cipriano)	Maria (Cipriano)	E/E
<u>Caetana</u>	Sergio Fernandes Teixeira	Faustina Maria de Carvalho	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882. Para este e os demais quadros estão representados os batizados, seu padrinho e madrinha e a condição jurídica destes últimos. Para o caso de escravo (E) e para o caso de livre (L).

No tocante à condição jurídica de padrinhos e madrinhas houve um equilíbrio neste núcleo familiar, já que, considerando as gerações especificadas, a metade era de padrinhos livres e a outra de escravos. Porém, mais importante que destacar a condição jurídica dos padrinhos, é saber quem eles eram. No caso dos padrinhos e madrinhas escravas (total de cinco), eram também escravos de Cipriano três deles (duas madrinhas e um padrinho). O outro casal de padrinhos de Domingas pertenciam à propriedade de Joaquim Pedro de Barcellos. Este último junto a sua esposa, Rita Tereza de Jesus possuía uma casa comercial em São Pedro. Portanto, residia nas vizinhanças de Cipriano Teixeira Cezar. O prestígio do casal está sugerido na quantidade de vezes que foram escolhidos como padrinhos tanto de filhos provenientes de uniões legítimas e ilegítimas; de sujeitos livres e de escravos. Além de seu neto, Joaquim levou à pia mais dozes sujeitos. Destes, em uma ocasião apadrinhou um escravo; em outras duas situações crianças ilegítimas e em outra, um índio. Sua esposa o acompanhou à pia na qualidade de madrinha de pelo menos dez destes. Seu trânsito e



aceitação nos diferentes estratos sociais nos leva a crer tratar-se de alguém que aquela sociedade reconhecia como portador de atributos de pretígio social.

Por outro lado, o outro casal de padrinhos, João Victorino Coimbra e sua esposa Amélia Elizia Borges, eram ambos moradores em São Pedro e o inventário aberto pela morte de Amélia, no ano de 1879 demonstra as poucas posses do casal, que na ocasião somou em bens a quantia de 427 mil réis. A carreta entre os poucos bens móveis sugere que a atividade do casal poderia estar relacionada ao transporte de mercadorias. A ausência de escravos inventariados, assim como nos registros batismais sugere que a família não teria tido acesso a esta mão de obra.

Contrariando o casal anterior, visitaram a pia batismal na qualidade de padrinhos ínfimas vezes, o que denota as diferentes nuances que estavam presentes quando da escolha de parentes espirituais aos filhos de Carolina. Um vínculo de amizade auxiliada pela proximidade geográfica, poderia resultar em escolhas desse tipo. Diante das restritas informações a respeito, todavia, é difícil inferir para além disso.

Também foram padrinhos de um dos filhos de Carolina, o casal Sérgio Fernandes Teixeira e Faustina Maria de Carvalho. Sérgio Fernandes Teixeira mantinha uma união ilegítima com Maria Rita da Silveira. Com ela teve duas filhas: Maria e Justina. Faustina Maria de Carvalho era sua comadre, já que madrinha de sua primogênita. Se o casamento representava um aspecto de distinção social, em especial quando nos referimos a uma sociedade constituída sob normativas católicas, por outro lado, a legitimidade social diante daquela comunidade parecia não depender exclusivamente deste dado. Esse era o caso de Sérgio Fernandes Teixeira, que somou 15 afilhados em Santa Maria, sendo eles provenientes de diferentes famílias e designações sociais: três escravos, dois libertos, três filhos naturais e sete filhos de uniões legítimas. Se, por um lado, a ausência de outros registros a seu respeito impossibilita-nos maiores esclarecimentos quanto a sua ocupação e aspectos de vida, os registros paroquiais nos encaminham a considerar a distinção social desta família.

Faustina Maria de Carvalho era “Dona”, moradora no lugar denominado Potreiro Grande, no Rincão de São Pedro. Assim como o casal acima referido, ela costumava ser bastante requerida a apadrinhar. Aceitou ser madrinha de 21 crianças, sendo destas, 5 vezes de escravos, 5 vezes de filhos naturais e as restantes 11 vezes com filhos legítimos, incluindo um índio guarani. Em grande parte dessas ocasiões foi companheira de pia batismal de Cipriano Teixeira Cezar, que a



acompanhou na condição de padrinho em 12 das ditas 21 ocasiões, somando tanto afilhados livres quanto escravos. Não consta que Faustina tenha-se casado, assim como muitas de suas comadres, era mãe natural de Manoel Leôncio Souto. Os netos, frutos do matrimônio de seu filho com Cristina Martins Pereira também tiveram por madrinha a avó, Faustina, que, assim como em tantas ocasiões, teve Cipriano como par em ritual de batizado. Faustina também foi escolhida para ser madrinha de dois dos filhos de João Henriques Fernandes e de sua esposa Firmina Maria da Conceição. João, que possui sobrenome idêntico a Sergio Fernandes Henriques, assim como a procedência, ambos naturais da Alemanha, tem chances de apresentar algum vínculo de parentesco. Também, é sugestivo observar que a mesma Faustina também foi madrinha de um dos filhos do casal João Victorino Coimbra e Amélia Elizia Borges, o que demonstra a existência de laços de parentesco também presentes entre os diferentes padrinhos escolhidos a apadrinhar os filhos da escrava Carolina.

A existência de laços de compadrio entre os padrinhos dos filhos de Carolina não pode ser lida como aleatória. Parece, ao contrário, apontar para a existência de uma estratégia de escolhas, visando ao fortalecimento de vínculos desses padrinhos com os seus afilhados. Ao assegurar que entre os padrinhos escolhidos para os seus filhos houvesse laço de parentesco, Carolina maximizava o potencial dessas escolhas, que apontavam para um projeto familiar, muito mais do que uma escolha individual. Retomaremos a essa questão a partir dos batizados seguintes.

Quadro 3. Padrinhos dos netos ingênuos da crioula Carolina

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Henrique (filho de Olímpia)	(ilegível)	(ilegível)	-
Luiza (filha de Olímpia)	Manoel Leôncio Souto	Cristina Martins Pereira	L/L
Sabina (filha de Caetana)	Manoel Victorino dos Santos	Deolinda Ferreira Braga	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882.



Interessante observar que os netos da crioula Carolina tiveram somente padrinhos livres, acompanhando a tendência da maioria dos ingênuos batizados no pós 1871. Do total de 520 ingênuos batizados em Santa Maria até o ano de 1882, eram padrinhos e madrinhas de condição jurídica livre, 62,8% e 61,3% respectivamente.

A impossibilidade de definição dos nomes ou parte do sobrenome dos padrinhos de Henrique impediu qualquer análise. Já o segundo casal, padrinhos de Luiza, neta da crioula Carolina, eram casados. Manoel Leôncio Souto era filho natural de Faustina Maria de Carvalho, conforme referimos anteriormente e batizou duas crianças do plantel de Cipriano. Um dos filhos de Afra, como veremos adiante também tornou-se seu afilhado. O perfil de apadrinhamento de Manoel Leôncio Souto se assemelha aos demais. Dos cinco afilhados, 3 eram filhos legítimos de sujeitos livres, 1 era filho natural de mulher livre, além da escrava Donata.

Quadro 4. Padrinhos dos filhos de Carolina

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Felix, pardo	João Ignácio Xavier	Faustina Maria de Carvalho	L/L
Ozório	Apolinário Antonio Teixeira	Claudina Santa Ana Soares	L/L
Benta	Apolinário Antonio Teixeira	Claudina Santa Ana Soares	L/L
Pedro	Ovidio Antonio de Souza	Faustina Maria de Carvalho	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Ao analisar os padrinhos dos filhos de Carolina, outra das escravas do plantel de Cipriano, percebemos a existência de algumas repetições de padrinhos, assim como a maior frequência com que alguns destes aparecem no geral.



João Ignácio Xavier era esposo da sobrinha de Cipriano Teixeira Cesar. Ao contrário de grande parte dos padrinhos até aqui referidos, ele não somou um grande número de afilhados em Santa Maria. Porém, chama a atenção o fato de que dos três afilhados que teve, todos eles eram escravos. Enquanto isso, sua companheira de pia batismal, Faustina Maria de Carvalho, mais uma vez, é escolhida a apadrinhar escravos pertencentes ao plantel de Cipriano.

Apolinário Antônio Teixeira e Claudina Santa Ana Soares, assim como João Ignácio não tiveram um grande número de apadrinhamentos, entretanto, ambos destacam-se pelos quatro assentos de batismo realizados em ingênuos, todos filhos de escravas, dois deles filhos da escrava Carolina. Embora não possamos confirmar a união matrimonial ou consensual entre o casal, ambos nas ditas ocasiões sempre apadrinharam juntos, ele como padrinho e ela madrinha.

Benta teve os mesmos padrinhos de seu irmão Ozório.

Ovídio Antônio de Souza só foi localizado no assento referido neste texto, na qualidade de padrinho de Pedro. Por outro lado, Faustina Maria de Carvalho novamente apresenta-se como madrinha, demonstrando grande prestígio quanto às escolhas envolvendo o parentesco fictício das famílias de escravos de propriedade de Cipriano.

Quadro 5. Padrinhos dos filhos da crioula Afra:

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Theodoro	Marcelino (Cipriano)	Domingas (Cipriano)	E/E
Pedro	Hipólito (Elias Victorino dos Santos)	Joana (Capitão Joaquim José Fagundes)	E/E
Donata	Manoel Borges Ribeiro	Florinda Rodrigues de Almeida	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Entre os escravos de Cipriano a batizar seus parceiros de cativo há Marcelino e Domingas. Infelizmente não encontramos informações sobre eles.



Elias Victorino dos Santos, senhor de Hipólito, padrinho de Pedro, possuía ½ légua de campo onde exercia a atividade pecuária, administrando tal propriedade sob o auxílio de 3 escravos e 1 homem livre. Sua criação, em 1858, estava em 800 reses de criar²¹. Encontrava-se, portanto, entre uma pequena elite de criadores da região e, assim como grande parte dos padrinhos dos filhos de Carolina, anteriormente mencionados, reunia as características de apadrinhar sujeitos de diferentes categorias sociais, ou seja, tanto filhos legítimos – era compadre de João Vitorino Coimbra – quanto naturais e escravos. Nesta diversidade somou 4 afilhados, sendo 3 deles em companhia a sua esposa, a Senhorinha Maria Martins. Ainda que não tenhamos registros que garantam tal inferência, Hipólito, padrinho de Pedro, poderia ser um dos escravos campeiros empregados no custeio de gado da propriedade de seu senhor.

Infelizmente, sobre o Capitão Joaquim José Fagundes não encontramos mais informações. Podemos, todavia, observar, a permanência na escolha de escravos de sujeitos em uma categoria social importante, como nos fica sugerido pela designação “Capitão”.

Donata, a terceira filha natural da crioula Afra foi batizada na propriedade de Sérgio Fernandes Henriques, compadre de Carolina, o qual, tinha proximidade tanto com Cipriano, quanto com seus escravos. Sérgio, como veremos adiante foi filho de criação de uma das irmãs de Cipriano. Os padrinhos de Donata foram Manoel Borges Ribeiro, que era compadre de Manoel Leôncio Souto, filho de Faustina Maria de Carvalho. Embora não tenhamos mais informações a seu respeito, seu perfil de apadrinhamento se assemelha aos demais. Dos cinco afilhados, 3 eram filhos legítimos de sujeitos livres, 1 era filho natural de mulher livre, além da escrava Donata. A madrinha de Donata, Florinda Rodrigues de Almeida, foi madrinha, além da filha de Afra, de mais uma criança, filha natural, o que reitera um certo padrão de apadrinhamento.

Quadro 6. Padrinhos dos filhos de Afra:

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Boaventura	Manoel Leôncio Souto	Ediviges Maria da Conceição	L/L

²¹ Conforme Relação de 1858.



Pedro	Rufino Salvador	Maria Bárbara	L/L
-------	-----------------	---------------	-----

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882.

Manoel Leôncio Souto somou dois afilhados do plantel de Cipriano, incluindo Boaventura. Já Edvigés Maria da Conceição, além de madrinha de Boaventura, batizou junto ao mesmo Manoel Leôncio, Manoel, filho natural de Ana Ferreira Lemos. Nenhuma outra notícia acerca de tais sujeitos somou-se a estas.

Quanto ao casal Rufino Salvador e Maria Bárbara, possivelmente eram libertos – a ausência de sobrenomes é uma indicação nesse sentido – que tinham ao longo da vida incorporado um sobrenome ou, até mesmo, mudado seus prenomes, o que inviabilizou maiores detalhamentos sobre ambos. Porém, sabemos que além de Pedro, o casal também havia apadrinhado a filha natural de Maria Bernardes, apontando mais uma vez para um certo perfil de apadrinhamento entre as famílias do plantel de escravos de Cipriano Teixeira Cezar.

Pode-se perceber que há algumas características das famílias de escravos de Cipriano Teixeira Cezar. A mais notável é o padrão de ilegitimidade que compunha o perfil destas famílias. Aliás não somente delas, já que ao longo dos anos que contemplam este estudo houve mais de 90% de ilegitimidade entre a população escrava de Santa Maria.²² O segundo aspecto refere-se ao apadrinhamento das crianças pertencentes ao seu plantel. As escolhas para os padrinhos dos filhos dessas famílias indicam a presença de um “projeto” inserido em uma lógica própria de estratégias.

Embora a ausência de informações sobre determinados padrinhos e madrinhas, há para a maioria um determinado “padrão” ou critério similar de escolha de padrinhos: quando os padrinhos eram escravos, normalmente eram provenientes ou do próprio plantel de seus afilhados (plantel de Cipriano) ou da vizinhança. Não há novidades relevantes aí a não ser a confirmação do que outros estudos já apontavam, ou seja, da variável geográfica como instrumento de socialização importante à conformação de laços de parentesco futuros. Todavia, a relação de compadrio entre os padrinhos

²² BELINAZO, Terezinha. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1844-1882)*. Santa Maria: UFSM – Dissertação de Mestrado, 1981.



das famílias escravas de Cipriano indica um certo perfil de apadrinhamento, que tende a aproximar os padrinhos escolhidos por estas famílias.

O primeiro ponto de destaque é o fato de que os padrinhos escolhidos para estas ocasiões também haviam sido em outras, de mesmo caráter. Explico: os padrinhos dessas famílias costumavam apadrinhar outros escravos e/ou crianças frutos de laços ilegítimos e legítimos (em alguns casos). Assim, no caso de padrinhos livres, também havia um determinado perfil de apadrinhamento. Além de alguns dos filhos das famílias de escravos aqui analisados, esses sujeitos tinham em comum estabelecer ligações com um largo espectro de sujeitos, representantes de diferentes condições sociais e jurídicas. Todos eles, entretanto, apadrinhavam escravos e crianças, frutos de uniões ilegítimas, o que indica um componente de identificação e reciprocidade nos laços que aí se conformam. Ou seja, se de um lado há um certo “prestígio” desses padrinhos, por outro, há escolhas pautadas em uma lógica própria. Escolhas essas que as famílias desses escravos batizados participam. Portanto, não bastava ser um sujeito de prestígio social, mas de cujos atributos de distinção fossem ao encontro de sujeitos de designações sociais diversas.

Além disso, outro aspecto não menos importante, é que grande parte dos padrinhos eram, além de vizinhos, compadres. Alguns deles tinham laços de consanguinidade entre si, extrapolando o parentesco fictício.

Os membros da família de Cipriano destacam também alguns pontos comuns que envolvem o apadrinhamento de seus escravos. O primeiro aspecto a ressaltar é espacial, ou seja, a questão geográfica, permitida pela vizinhança, que auxiliava às relações que geravam os laços que ligavam tais sujeitos através do compadrio. Para além disso, observamos a circularidade de escravos entre as propriedades contíguas de posse da família de seus respectivos senhores. Mães que apadrinham filhos em propriedades de parentes de seus senhores, bem como escravos frutos de “trocas” envolvendo a família senhorial revelam nuances de mobilidade e organização familiar circunscritas não a um proprietário, mas a sua família mais ampla.

Quando avaliamos as escolhas do compadrio de famílias escravas que pertencem a uma mesma parentela senhorial, notamos que todos os sujeitos identificados como padrinhos tinham algumas características: a grande maioria costuma apadrinhar outros escravos em número considerável (quando não, sujeitos de distintas designações sociais); o plantel a que estes escravos



apadrinhados pertencem estão ligados à parentela senhorial da família Cesar. Além disso, há a preferência de padrinho (Emilio Luciano Cezar) e de madrinha (Justina Maria Cezar), que são compadres de escravos de todos os plantéis da família Cesar.

A pouca frequência da escolha de padrinhos escravos a apadrinhar as famílias cativas aqui tratadas pouco tem a ver com a disponibilidade numérica dos plantéis. Assim como a escolha de padrinhos livres pouco se relaciona a uma estratégia de aproximação com o mundo dos livres. Mais do que isso, as ligações entre os compadres mostra, através destas escolhas, um fortalecimento das ligações familiares entre escravos.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos. *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

BELINAZO, Terezinha. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1844-1882)*. Santa Maria: UFSM – Dissertação de Mestrado, 1981.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro dos oitocentos*. Tese, UFRJ, 2006.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)* – Dissertação de Mestrado do curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

FERRREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FRAGOSO, João. *Efigênia Angola, Francisca Muniz Parda Forra, seus Parceiros e Senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a História Colonial*. Revista Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 74-106.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.



KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, século XIX)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

HAMEISTER, Marta. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2006.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. Tese de Doutorado apresentada na UNICAMP, 2008.

RANGEL, Ana Paula S. (2008), *O estender da família: compadrio entre escravos (Barbacena, 1781-1821)*. In: ALMEIDA, C. M. C. D. et al (Ed.). *Anais do II Colóquio do LAHES: Micro história e os caminhos da história social*. Juiz de Fora: Clio Edições, p. 1-20.

RIOS, Ana Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1920*. Dissertação de Mestrado, Niterói, 1990.

Censo Geral de 1872 disponível em: www.ibge.gov.br

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Senado Federal, 2007

“Mappa Statistico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos.” In: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.